

REFORMAS OU CONTRARREFORMAS? UM BREVE PANORAMA DAS RECENTES POLÍTICAS EDUCATIVAS BRASILEIRAS

Roberta Freire Bastos – UFES
Eliza Bartolozzi Ferreira - UFES

INTRODUÇÃO

Este texto tem como objetivo discutir algumas políticas brasileiras recentes, principalmente aquelas nomeadas como reformas, no campo da educação, e apresentar um levantamento bibliográfico sobre o tema reformas educativas feito no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). No século XXI, reforma é uma temática que está fortemente na agenda das políticas públicas no Brasil, a exemplo das medidas lançadas durante o governo de Michel Temer (2016-2018), em que foram foram recuperadas as “linhas mestras do projeto político neoliberal” iniciadas nos anos 1990 e parcialmente interrompido pela vitória eleitoral do presidente Lula da Silva (AGUIAR, 2019, p. 4). Argumentamos que, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, ocorrido no ano de 2016, em decorrência de um “golpe jurídico-midiático-parlamentar” (SAVIANI; 2018, p. 302), encerra-se um ciclo de poder, iniciado em 2003 com políticas de atendimento às demandas da sociedade civil e tem início um ciclo de políticas de caráter conservador. Essas políticas, amplamente denominadas como reformas, podem ser consideradas “contrarreformas”, pois retardam o desenvolvimento social e retiram direitos da classe trabalhadora (BEHRING, 2008). Discutiremos algumas dessas políticas conservadoras em vigência e em seguida apresentaremos uma análise qualitativa, com o auxílio do software Nvivo 11, de teses de Doutorado em Educação sobre o tema reformas educativas, selecionadas no banco de Teses e Dissertação da Capes. Para concluir, faremos alguns apontamentos em relação à investigação qualitativa dos trabalhos de Doutorado sobre reformas educativas e as possibilidades de análise do panorama atual das políticas educativas nacionais, com base no uso de ferramentas tecnológicas.

AS RECENTES CONTRARREFORMAS E A EDUCAÇÃO

A reforma empreendida no Brasil na década de 1990 e que perpassou diversas áreas (administração, educação, saúde, entre outras) assumiu o caráter de “contrarreforma”, pois resultou em uma desestruturação do Estado e na perda de direitos,

significando um conjunto de mudanças estruturais regressistas que foram também antinacionais e antidemocráticas para os trabalhadores e a massa da população brasileira (BEHRING, 2008). A instalação de um governo “ilegítimo, antipopular e antinacional” (SAVIANI; 2018, p. 302), no ano de 2016, tem significado um espectro de amplas perdas para as políticas públicas brasileiras, inclusive educacionais. Nesse contexto, é retomado o projeto neoliberal empreendido na década de 1990 para a educação com algumas políticas nomeadas de reforma – como a “Reforma do Ensino Médio” – e outras não – como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Mas, ambas, possuem traços conservadores em suas propostas, contribuindo para o aprofundamento de desigualdades sociais e educacionais já existentes.

Um política lançada nesse contexto e que representa um retrocesso, não de anos, mas décadas, é a Emenda Constitucional nº 95/2016, que limita por 20 anos os gastos públicos apenas ao índice de inflação do ano anterior e significa, entre outras consequências, a inviabilização do cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) até o limite de sua vigência, em junho de 2024 (SAVIANI, 2018). A aprovação da BNCC para a educação básica, cuja dimensão conservadora ganha maior expressão no governo Michel Temer, se aproxima dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), lançados no governo de Fernando Henrique Cardoso (AGUIAR, 2019) e fragmenta o conceito de Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio), fruto de uma luta histórica no país, ao excluir o ensino.

A discussão sobre a base curricular do ensino médio foi aprofundada adiante com a Medida Provisória nº 746/2016 (FERREIRA, 2017), promulgada pela Lei nº 13.415, 16 de fevereiro de 2017 (sob o slogan “ordem e progresso”) o que retoma o espírito autoritário vigente na ditadura militar, pois foi instituída mediante Medida Provisória (SAVIANI, 2018). Essa reforma se baseia em “itinerários formativos” diferenciados e reitera o currículo do Ensino Médio utilitarista e voltado para o mercado de trabalho, e, conseqüentemente, tende a reforçar as desigualdades escolares e tem a potência de excluir milhões de jovens brasileiros do acesso a uma formação humana de qualidade (FERREIRA, 2017).

Além da Reforma do Ensino Médio, outra medida do governo Temer sob a denominação de reforma foi a Lei nº13.467/2017, conhecida como “Reforma trabalhista”. Na prática, ela revoga importantes pontos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e prevê terceirização, flexibilização da jornada, fatiamento das férias e fim da contribuição sindical, entre outras alterações. Em consonância com a proposta da

Reforma Trabalhista, a Reforma da Previdência ou “Nova Previdência” (PEC 6/2019), acarretará para os profissionais docentes mais tempo de trabalho até a aposentadoria; diminuirá o valor médio salarial do benefício recebido com a aposentadoria; tornará similares as regras de aposentadoria para professores/as da rede pública e de escolas particulares (apenas da educação básica); entre outras alterações significativas. Na próxima seção apresentaremos parte de uma revisão bibliográfica sobre reformas educativas, realizada no interior de uma pesquisa de Doutorado em Educação (em andamento).

REFORMAS EDUCATIVAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Com a utilização dos operadores booleanos (ALVES, 2011), alcançamos 34 resultados nas buscas feitas no Banco de Tese e Dissertações da Capes, no mês de fevereiro de 2018. A análise qualitativa dos textos foi realizada, entre outras maneiras, com o auxílio do software Nvivo 11, mais precisamente, as técnicas: “Consulta de frequência de palavras”, que gera a “Nuvem de palavras”, feita a partir dessas palavras mais frequentes. Nossa análise se debruçará sobre as dez palavras mais frequentes, apresentada a seguir.

A primeira palavra mais frequente foi “ensino”, que possui extensão de seis caracteres, foi contada 15.691 vezes, o que corresponde a um percentual ponderado de (0,49%) e cujas palavras similares encontradas foram “ensino, ensinos”. Em segundo lugar aparece a palavra “escola”, com extensão de seis caracteres, contada 14.968 vezes (0,46%) e com as palavras similares “escola, escolas”. A terceira palavra mais frequente foi “trabalho”, com extensão de oito caracteres, contada 10.318 vezes (0,31%) e “trabalho, trabalhos” foram as palavras similares. “Estado” foi a quarta palavra mais frequente, com extensão de seis caracteres, contada 10.082 vezes (0,31%), e “estado, estados” foram as palavras similares. A quinta palavra mais frequente foi “política”, com extensão de oito caracteres, contada 9.824 vezes (0,30%) e cujas palavras que aparecem como similares são “política, políticas”. A sexta palavra mais frequente foi “curso”, com extensão de cinco caracteres, contabilizada 7.438 vezes (0,23%) e as palavras similares encontradas foram “curso, cursos”. A palavra “formação”, foi a sétima mais frequente. Com extensão de oito caracteres, ela foi contada 7.438 vezes e apresentou como palavras similares “formação, formação”. “Universidade” foi a oitava palavra mais frequente, com extensão de doze caracteres, contada 6.876 vezes (0,21%) e com as palavras similares

importância, se relacionam com as palavras já citadas e também são relevantes para a análise: projeto, social, público, governo, poder, história, sociedade, sistema, documento, gestão, mercado, competências, mudanças, organização, conhecimento, professores, prática, desenvolvimento, etc.

CONSIDERAÇÕES

A “frequência de palavras” e a “nuvem de palavras” são procedimentos que auxiliam na leitura, na interpretação e na interrelação entre os textos. A densidade das análises possibilitadas a partir desses recursos representam a complexidade do fenômeno que é a reforma e pode nos auxiliar a pensar as políticas educacionais desenvolvidas no Brasil na atualidade que, nomeadas ou não de reformas, estão alterando significativamente a estrutura da educação brasileira ao restringir o direito ao acesso a uma formação humana de qualidade para todas as pessoas e também as condições de trabalho e de valorização do magistério.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Márcia Ângela da Silva. Dossiê Reformas conservadoras e a “nova educação”: orientações hegemônicas no MEC e no CNE. *Educ. Soc. (Online)*, Campinas, v. 40, pp. 1-24. 2019. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/es0101-73302019225329>>. Acesso em: 20 abr. 2020.

ALVES, Maria Bernadete Martins *et al.* *Revisão de literatura módulo avançado: pesquisa integrativa*. Florianópolis, 2011. 67 slides. Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/design/ModuloAvancadoPesquisaIntegrativa2011oficial.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em Contra Reforma: Desestruturação do Estado e Perda de Direitos*. 2 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

CAMPANHA NACIONAL DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (Capes). *Banco de Teses & Dissertações*. Disponível em: <<http://bancodeteses.capes.gov.br/banco-teses/#/>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. *Educ. Soc. (Online)*, Campinas, v. 38, nº. 139, pp. 293-308, abr./jun., 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/es0101-73302017176594>>. Acesso em: 12 nov. 2019.

SAVIANI, D. Política educacional no Brasil após a ditadura militar. *Revista HISTEDBR (Online)*, Campinas, v. 18, n. 2, pp. 291-304, abr./jun. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.20396/rho.v18i2.8652795>>. Acesso em: 05 abr. 2019.